

Sr Licitante:

1. Solicitamos que para a **FORMAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO** e seu registro no COMPRAS.GOV.BR, Vsa se baseie **EXCLUSIVAMENTE** nas informações contidas no Edital, especialmente nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CADA ITEM** e demais condições do **Anexo I**. Caso haja divergência entre o descritivo do item lançado no COMPRAS.GOV e o do Item no Anexo II, sempre prevalecerá o que consta no **Anexo I** do Edital.
2. Documentos solicitados e que constam no SICAF, dentro do prazo de validade, **não** precisam ser anexados.
3. Documentos solicitados que não constam no SICAF **ou** que estejam com validade vencida, **anexar** com restante da documentação.
4. Enfatizamos que: Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Pregoeira 14ª CPL/SMS

**Obs:** Este encarte não faz parte do Edital, se presta somente para informação ao Licitante



# **PREGÃO ELETRÔNICO**

## **90573/2026-SMS.G**

### **PROCESSO**

6018.2026/0011183-4

### **CONTRATANTE (UASG)**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)

### **OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS  
NEONATAIS**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **01/07/2026** às **10h30m** (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por LOTE

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto/Fechado

### **FASE DE HABILITAÇÃO**

Após as fases de apresentação de propostas, Lances e Julgamento

### **COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO**

**CPL:** 14ª CPL/SMS – PORTARIA 614/2025/SMS

**E-mail:** meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br

**Tel.:** (11) 5465-9482

## I. EDITAL

### ÍNDICE

1.	EMBASAMENTO LEGAL _____	3
2.	OBJETO _____	3
3.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO _____	3
4.	ACESSO ÀS INFORMAÇÕES _____	5
5.	IMPUGNAÇÃO DO EDITAL _____	5
6.	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS _____	6
7.	ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS _____	8
8.	ETAPA DE LANCES _____	9
9.	MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO _____	10
10.	JULGAMENTO _____	11
11.	HABILITAÇÃO _____	12
12.	<b>FASE RECURSAL</b> _____	19
13.	<b>ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO</b> _____	20
14.	<b>PREÇO</b> _____	21
15.	<b>DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO</b> _____	21
16.	<b>CONDIÇÕES DO AJUSTE</b> _____	22
17.	<b>PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA</b> _____	23
18.	<b>RECEBIMENTO DO OBJETO</b> _____	24
19.	<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b> _____	24
20.	<b>PENALIDADES</b> _____	25
21.	<b>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b> _____	27
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA _____	30
	ANEXO – II - MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL _____	56
	ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES _____	59
	ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA DA PMSP _____	61
	ANEXO V – PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO _____	62
	ANEXO V.1 – JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO _____	63
	ANEXO – VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO _____	65
	ANEXO – VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO -CADASTRO RESERVA _____	78

## PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, situada Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **menor preço** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**, conforme descrição no **ANEXO I** deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925003, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10h30min, do dia 01/07/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do Painel de Negócios, da PMSP.

### 1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

### 2. OBJETO

- 2.1. O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A licitação será dividida em itens, conforme constante no Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.3. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. **Poderão participar da licitação as empresas que:**

- a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.**
  - a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
  - c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública deste Município;
- f) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
  - f.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  - f.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
  - f.3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado,

por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**f.4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**f.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**f.5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**3.3** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.4** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

#### **4. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br](mailto:meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br).

**4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

#### **5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, para [meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br](mailto:meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br).

**5.1.1** No ato da apresentação da impugnação **é obrigatório** anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**5.2** Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

**5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

**6.1.1** O licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

- 6.1.2** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.1.3** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.4** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.5** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.6** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6.1** Os preços unitários e total deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais.
- 6.1.7** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.8** Após os lances e negociação de preços, o licitante melhor classificado do certame deverá enviar a proposta de preços, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 6.1.9** A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 6.1.10** **Para aferição da compatibilidade do(s) produto(s) ofertado(s), deverão ser apresentados os documentos abaixo juntamente com a Proposta:**



- a) **Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário;
- b) **Catálogo técnico original do fabricante**, contendo foto ilustrativa, marca, modelo e especificações técnicas completas do produto ofertado, bem como o número do registro na ANVISA, quando aplicável, devendo as informações técnicas relevantes estar **claramente assinaladas ou destacadas**, de modo a possibilitar a rápida e objetiva análise pela Comissão Técnica responsável. O catálogo deverá ser apresentado em **língua portuguesa do Brasil**;
- c) **Manual de operação e manutenção do equipamento**, em língua portuguesa do Brasil, compatível com o modelo ofertado;
- d) **Declaração do licitante** indicando a empresa ou rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante que prestará os serviços de suporte técnico durante o período de garantia e, quando aplicável, após o seu término, com atendimento no Estado de São Paulo;
- e) Quando aplicável, **declaração do fabricante ou representante autorizado** comprovando que a empresa licitante está habilitada a comercializar e prestar assistência técnica aos equipamentos ofertados.

## **7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 7.3 Serão desclassificadas as propostas:
  - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
  - b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
  - c) Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

- 7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## 8. ETAPA DE LANCES

- 8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
  - 8.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**
- 8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.
- 8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

- 8.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 8.10 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.11 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.12 **A negociação será realizada por meio** do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.13 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e visando celeridade, **os Documentos de Habilitação (Item 11.5 e seus subitens, deste Edital)**.
- 8.14 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado
- 9.2 No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 9.3 Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4 Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e

fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.5 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

## 10. JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

10.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos, conforme citado no item 7.3.

10.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a **proposta de preço, conforme Anexo II, juntamente com os documentos listados no item 6.1.10.**

10.8 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

- 10.9** Para a aquisição de bens é indício de inexecutabilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.
- 10.10** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 10.11** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

## **11. HABILITAÇÃO**

- 11.1** Verificada as propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

- 11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 **Habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada, que conforme Art. 41 da Lei Federal nº 14.195/2021, de 26/08/2021, passa a ser Sociedade Limitada Unipessoal – SLU;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) **Alvará ou Licença de Localização e Funcionamento**, em vigor, emitido pela autoridade competente do município onde a empresa licitante estiver sediada, comprovando a regularidade de sua atividade no endereço informado;
- f) **Certidão de Regularidade Técnica**, emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal do local onde a empresa estiver sediada, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está apta a atuar no ramo de comercialização de equipamentos médico-hospitalares;
- g) **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE**, emitida pela ANVISA, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer atividades de comercialização, distribuição e/ou manutenção de equipamentos médico-hospitalares em território nacional;

#### **11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
  - d.1) No caso de o licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

#### **11.5.3 Qualificação econômico-financeira:**

- a) **Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.**

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;

b.2) Serão considerados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de **liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral** maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo V deste Edital.



#### 11.5.4 **Qualificação técnica:**

- a) **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de equipamentos médico-hospitalares compatíveis com o objeto desta licitação, em quantidade mínima correspondente a 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado por item. O atestado deverá conter identificação da instituição emitente, timbre, assinatura do representante legal, nome legível, cargo ou função, e descrição clara do objeto fornecido;

#### 11.5.5 **Outros Documentos - DECLARAÇÕES:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

**11.5.5.1** As declarações supra deverão ser subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**11.5.5.2** **Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo – ANEXO IV.**

**11.6** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

**11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

**11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

**11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

**11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

**11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio.

**11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

**11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

**11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c)** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx);
- d)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255);
- e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

**11.6.8.1.** As consultas referentes aos subitens b) e e) poderão ser efetuadas através: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**11.6.8.2** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**11.7** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**11.7.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

**11.7.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na

ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

- 11.7.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.
- 11.7.4** **Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**
- 11.7.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, e amostras aprovados, se requerida, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12. FASE RECURSAL**

- 12.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 12.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 12.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

### 13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.133, de 2021.
- 13.2. Nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 13.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, os licitantes remanescentes que concordarem em se registrar no **CADASTRO RESERVA**, com o **preço do licitante vencedor**, poderão fazê-lo, **desde que atendidos todos os requisitos de habilitação previstos no item 6.1.10 e 11**, deste edital.
- 13.2.1 Para fins do disposto no item 13.2, após a declaração do licitante vencedor, o Pregoeiro deverá consultar aos demais licitantes acerca do interesse em se registrarem no **CADASTRO RESERVA** conforme art. 96 do Decreto 62.100/2022. Havendo interesse das licitantes remanescentes, poderão ser registrados até o máximo de três licitantes para cada item licitado, na ordem de classificação, incluída a proposta vencedora;
- 13.2.2 Os licitantes remanescentes que concordarem em registrar o preço na forma do disposto no item 12.2, ficam obrigados ao cumprimento da respectiva Ata de Registro de Preços, pelo respectivo período de vigência e quantitativo total estimado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório;
- 13.2.3 Os fornecimentos por qualquer das detentoras, observada a ordem de classificação, somente ocorrerão em caso de impossibilidade, relacionadas exclusivamente a caso fortuito e força maior, de fornecimento pelas detentoras antecedentes, sem prejuízo das penalidades cabíveis, atendido o disposto no art. 96, do Decreto nº 62.100/2022.

## 14. PREÇO

- 14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 14.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc..., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 14.3 Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

## 15. DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preço, cuja minuta consta do **Anexo VI**.
- 15.2. O prazo para devolução da Ata de Registro de Preço assinada será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.
- 15.2.1. A Ata assinada poderá ser devolvida ao mesmo e-mail no caso de assinatura digital ou via postagem, endereçada ao Setor de Atas, **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – 5º andar– Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020.
- 15.2.2. A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser acompanhada de:
- 15.2.2.1. Documentos atualizados, se necessário: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, bem como comprovado que o licitante não se encontra com pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN.
- 15.3. A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante a apresentação de

procuração e cédula de identidade, na hipótese de nomeação de procurador, caso não seja a mesma pessoa já identificada no processo uma vez comprovado o recolhimento dos emolumentos devidos e atendidas as exigências do subitem 15.2.2.1.

- 15.4.** O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 15.5.** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

**15.5.1** O atendimento do item 15.5, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

## **16. CONDIÇÕES DO AJUSTE**

- 16.1** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 16.1.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 16.1.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e do Painel de Negócios, da PMSP, endereço [https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_controlador.php?acao=negocios\\_pesquisar](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar).
- 16.1.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

## **17. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA**

**17.1** O prazo de entrega do objeto contratual e locais de entrega constam no Anexo I deste Edital, sendo o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste edital.

**17.1.1** Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

- a)** até a data final prevista para a entrega; e,
- b)** instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior

**17.1.2** Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

**17.2** O material deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

**17.3** A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a)** Primeira Via da Nota Fiscal;
- b)** Nota Fiscal Fatura;
- c)** Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

**17.3.1** Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

**17.4** A licitante vencedora deverá entregar no máximo até 3 (três) lotes de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.

**17.4.1** A licitante deverá solicitar autorização junto a SMS-3/Diretoria de Suprimentos, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no item 17.4.



## **18. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**18.1** O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 13.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**18.1.1** O descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for.

**18.1.2** No ato da entrega, os produtos serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a marca e/ou fabricante declinados na proposta.

**18.1.3** Caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**18.1.4** Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**18.1.4.1** Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**18.1.5** O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

## **19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**19.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula 17.3 deste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.

- 19.1.1** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.
- 19.1.2** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 19.1.3** Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 13.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 19.2** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.
- 19.3** Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

## **20. PENALIDADES**

- 20.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 13.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22
- 20.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
  - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 20.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária na assinatura da Ata de Registro de Preços e a Ata de Cadastro Reserva, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
  - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

**20.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**20.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 20.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

**20.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**20.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

**20.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

**20.4.3** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula;

**20.4.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada;

**20.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

**20.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 13.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria de Suprimentos, **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – 5º andar - Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

**20.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

**20.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada

como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

- 20.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 13.133, de 2021
- 20.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 13.133/20.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 21.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 21.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 13.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

- 21.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 13.133/21
- 21.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 13.133/21.
- 21.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 21.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata de Registro de Preços e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 21.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 21.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 21.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 21.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 13.133/21
- 21.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 21.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 21.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados do Painel de Negócios, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 21.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 21.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Painel de Negócios, da PMSP.



- 21.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 13.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/21.
- 21.21.** As condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas nas cláusulas anteriores também deverão ser observadas pelos interessados no Cadastro Reserva.
- 21.21.** O licitante vencedor deverá, caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados do pregoeiro responsável, os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 21.3 deste Edital:
- 21.21.1. Cópia do cartão do CNPJ;
- 21.21.2. Cópia de comprovante da conta corrente no Banco do Brasil em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ.
- 21.21.3. Procuração, com firma reconhecida, em nome da pessoa que for assinar a FACC (documento de cadastro junto a CONT/SF) ou contrato social em que conste o nome da pessoa autorizada a assinar pela empresa.

**MEIRE CRISTINA PULTZ DE FREITAS**

Presidente da 14ª CPL/SMS

Portaria Nº 614/2025/SMS

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6017.2026/0011183-4  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90573/2026

#### **1. DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**, incluindo entrega, instalação quando aplicável, treinamento operacional inicial, garantia e assistência técnica durante o período de garantia.

Os equipamentos contemplados são: • Incubadora de Transporte; • Incubadora Neonatal Estacionária com Balança Integrada; • Berço Aquecido; • Aparelho de Fototerapia; • Berço com Fototerapia Reversa; • Ressuscitador Pulmonar em T; • Multitester Radiômetro; • Bilirrubinômetro.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA**

A aquisição dos equipamentos neonatais mostra-se necessária e adequada sob os aspectos assistencial, técnico, econômico e administrativo, considerando o caráter permanente da utilização desses equipamentos na assistência ao recém-nascido, especialmente em UTIN, UCIN, salas de parto e áreas de transporte neonatal.

A contratação por aquisição atende à necessidade de estruturação definitiva das unidades hospitalares, permitindo a incorporação patrimonial dos equipamentos, a padronização do parque tecnológico, a previsibilidade operacional e o fortalecimento da rede de atenção materno-infantil.

Destaca-se, ainda, a existência de recursos oriundos de emendas parlamentares, cuja finalidade é a aquisição de bens permanentes, tornando a modalidade de aquisição a solução mais compatível

com a destinação orçamentária e com o planejamento institucional da Secretaria Municipal da Saúde.

### **3. DOS LOCAIS DE MOVIMENTAÇÃO ENTREGA E UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS**

- A. HOSPITAL MUNICIPAL DR. FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA - HMFMPR**  
Estrada de Itapecerica nº 1661 - Vila Maracanã, PABX: (11) 3394-7460
- B. HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARTHUR RIBEIRO DE SABOYA - HMARS**  
Av. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro nº 860 – Jabaquara, PABX: (11) 3394-8380
- C. HOSPITAL MUNICIPAL DR. IGNÁCIO DE PROENÇA GOUVEIA - HMIPG**  
Rua Juventus nº 562 – Mooca, PABX: (11) 3394-7810
- D. HOSPITAL MUNICIPAL MATERNIDADE PROF. MÁRIO DEGNI - HMMMD**  
Rua Lucas de Leyde, 257 – Rio Pequeno, PABX: (11) 3394-9330
- E. HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ SOARES HUNGRIA - HMJSH**  
Rua Menotti Laudio nº 100 – Pirituba, PABX: (11) 3394-8600
- F. HOSPITAL MUNICIPAL DR. CÁRMINO CARICCHIO - HMCC**  
Avenida Celso Garcia nº 4815 – Tatuapé, PABX: (11) 3394-6980
- G. HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. ALÍPIO CORREA NETTO - HMACN**  
Alameda Rodrigo de Brum nº 1989 - Ermelino Matarazzo, PABX: (11) 3394-8030
- H. HOSPITAL MUNICIPAL TIDE SETÚBAL - HMTS**  
Rua Dr. José Guilherme Eiras nº 123 - São Miguel, PABX: (11) 3394-8770
- I. HOSPITAL MUNICIPAL PROF. WALDOMIRO DE PAULA - HMWP**  
Rua Augusto Carlos Baumann nº 1074 – Itaquera, PABX: (11) 3394-8990
- J. HOSPITAL MUNICIPAL DR. BENEDICTO MONTENEGRO - HMBM**  
Rua Antonio Lázaro, 226 – Jardim Iva, PABX: (11) 3394.9500
- K. HOSPITAL MUNICIPAL DR. ALEXANDRE ZAIO - HMAZ**  
Rua Alves Maldonado nº 128 – Vila Nhocuné, PABX: (11) 3394-9210
- L. HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER SILVA – HMEC**  
Av. Deputado Emílio Carlos, nº 3.100 – Vila Nova Cachoeirinha, PABX: (11) 3986-1085



#### 4. DOS QUANTITATIVOS

ITENS	UNIDADES HOSPITALARES												TOTAL
	HMFMPR	HMARS	HMIPG	HMMMD	HMJSH	HMCC	HMACN	HMTS	HMWP	HMBM	HMAZ	HMEC	
Incubadora Neonatal de transporte	4	1	0	0	2	0	0	0	1	0	0	6	14
Incubadora neonatal estacionária com balança integrada	22	3	0	3	2	0	2	0	9	0	0	41	82
Berço aquecido	18	3	0	4	2	0	0	0	2	0	0	25	54
Aparelho de fototerapia	27	2	0	2	2	0	3	0	3	0	0	18	57
Berço com fototerapia reversa	0	2	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	5
Ressuscitador pulmonar em T	7	0	0	0	2	0	13	0	1	0	0	6	29
Instrumento multifuncional para avaliação de radiação, temperatura e umidade	4	2	0	1	2	0	0	0	2	0	0	1	12
Bilirrubinometro	3	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	7

## 5. DESCRITIVO TÉCNICO -

ITEM	LOTE 1	QTD
1	<p><b>INCUBADORA DE TRANSPORTE</b></p> <p>O equipamento deverá possuir cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas em toda a sua superfície, garantindo proteção térmica do paciente e minimização da perda de calor. A base deverá ser confeccionada em material plástico, dotada de alças para transporte e dois suportes para cilindros de gases medicinais.</p> <p>Deverá possuir porta de acesso frontal e porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas, bem como portinholas com manga-punho e guarnições em silicone atóxico autoclavável, além de no mínimo uma portinhola tipo íris para passagem de tubos e drenos. O equipamento deverá contar com para-choque perimetral, protegendo toda a incubadora contra impactos.</p> <p>O leito deverá ser removível, confeccionado em material plástico antialérgico, com dimensões que permitam adequada ergonomia para uso de cintos de segurança em material macio, resistente e de fácil ajuste. Deverá acompanhar colchão removível, impermeável, atóxico e autoextinguível, confeccionado em espuma de densidade adequada, sem costuras, prensado e com capa removível.</p> <p>Deverá possuir entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, assegurando alta eficiência, economia e proteção ao paciente, acoplada a suporte com altura ajustável, provido de rodízios com freios. O sistema de umidificação deverá ser realizado por espuma localizada sob o leito.</p> <p>O equipamento deverá dispor de iluminação auxiliar com haste flexível, permitindo ajuste preciso do foco, bem como filtro de retenção bacteriológica.</p> <p>O painel de controle deverá possibilitar a monitorização térmica do ambiente do paciente, com controle microprocessado da temperatura do ar interno da incubadora e controle da temperatura do neonato por meio de sensor de temperatura de pele.</p> <p>Incubadora deverá possuir um conjunto de reanimação embutido na estrutura do painel de controle do equipamento, composto por um ressuscitador infantil, que permite o ajuste da Pressão de Pico Inspiratória (PIP), pressão máxima e Pressão Positiva Expiratória Final (PEEP), acompanhado de 1 pulmão de ensaio, 1 mangueira de fornecimento de gás,</p>	14

	<p>1 conjunto de 3 máscaras de silicone de tamanhos variados e 1 circuito do paciente com peça T de Ayre.</p> <p>Deverá possuir alarmes audiovisuais, no mínimo, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de energia elétrica;</li> <li>• Falta de energia da bateria;</li> <li>• Falta de circulação de ar;</li> <li>• Temperatura do ar alta e baixa;</li> <li>• Sensor do recém-nascido desconectado;</li> <li>• Hipotermia e hipertermia.</li> </ul> <p>Deverá apresentar indicação do modo de alimentação, indicação das temperaturas do ar, indicação visual do status ligado/desligado e indicação visual de bateria em carregamento.</p> <p>Deve possuir baterias recarregáveis com autonomia de pelo menos 4 horas, com carregador para carregamento automático da bateria quando o equipamento estiver conectado à rede elétrica.</p> <p><b>O fornecimento deverá incluir, no mínimo, os seguintes acessórios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carro-maca de transporte em alumínio, com altura ajustável, resistente a choques mecânicos e compatível para acoplamento em ambulância;</li> <li>• 02 (dois) cilindros de alumínio, tipo D ou E, para oxigênio ou ar comprimido, com válvula redutora, manômetro, fluxômetro e respectivas mangueiras;</li> <li>• Suporte de soro com altura ajustável;</li> <li>• Prateleira para acomodação de equipamentos periféricos;</li> <li>• Cabos de ligação;</li> <li>• Colchonete confeccionado em material atóxico;</li> <li>• Demais componentes necessários à completa instalação e funcionamento do equipamento.</li> </ul> <p>A alimentação elétrica deverá ser bivolt automático, ou conforme padrão definido pela unidade solicitante.</p>	
2	<b>INCUBADORA NETONATAL ESTACIONÁRIA – COM BALANÇA INTEGRADA</b>	

	<p>Incubadora neonatal microprocessada, destinada ao cuidado de recém-nascidos, com <b>cúpula em acrílico transparente de parede dupla</b>, garantindo estabilidade térmica e manutenção do microclima interno.</p> <p>Deverá possuir <b>porta frontal rebatível a 180°</b>, permitindo o deslizamento do leito para fora da incubadora, bem como <b>porta posterior rebatível em toda a extensão da cúpula</b>, possibilitando o atendimento simultâneo por mais de um profissional de saúde.</p> <p>Deverá dispor de <b>no mínimo 05 (cinco) portinholas ovais</b>, sendo <b>01 (uma) com manga tipo íris</b>, localizada na cabeceira da incubadora, para passagem de tubos de respiradores, mantendo o microclima interno, além de <b>08 (oito) orifícios com guarnições flexíveis</b> para passagem de cabos e sondas.</p> <p>Deverá possuir <b>display digital</b>, que permita fácil visualização dos parâmetros durante o atendimento ao paciente, devendo apresentar, no mínimo, <b>indicação da temperatura do ar, da pele e auxiliar</b>.</p> <p>O gabinete deverá ser confeccionado em <b>plástico de engenharia externamente e internamente</b>, sem qualquer peça em material ferroso internamente, com <b>pintura epóxi</b>, lavável e resistente à desinfecção química, montado sobre <b>04 (quatro) rodas</b>, sendo <b>02 (duas) com freios</b>.</p> <p>O equipamento deverá permitir <b>movimentos suaves e contínuos do leito</b> nas posições <b>Trendelenburg, Trendelenburg reverso e horizontal alta e baixa</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>sistema de microfiltração do ar</b>.</p> <p>Deverá apresentar <b>sistema de alarmes</b> com identificação, no mínimo, para as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta e baixa temperatura do ar;</li> <li>• Alta e baixa temperatura da pele;</li> <li>• Falha ou desacoplamento do sensor de temperatura de pele;</li> <li>• Falha de circulação de ar;</li> <li>• Falta de energia elétrica;</li> <li>• Superaquecimento.</li> </ul>	82
--	--	----

<p>Deverá possuir <b>check-up de funções e reset de alarmes</b>.</p> <p>O controle de temperatura deverá ser <b>servo controlado</b>, com ajuste mínimo de <b>0,1 °C</b>, contemplando faixa de controle de <b>20 °C a 37 °C para temperatura do ar</b> e de <b>34 °C a 37 °C para temperatura da pele</b>, devendo possuir <b>tecla para temperatura extensível</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>entrada de oxigênio com válvula limitadora ou servo controlada</b>, permitindo concentrações de <b>50% até 60% com fluxo baixo de no máximo 8LPM</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>sistema de umidificação servo controlada</b>, com faixa de ajuste mínima de <b>40% UR a 80% UR</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>balança integrada ao leito do paciente</b>, bem como <b>gaveta para realização de exames de raios X</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>reservatório de água removível e autoclavável a 121 °C</b>, destinado à umidificação autônoma, devendo o sistema impedir o <b>derramamento de água durante a inclinação do leito</b>.</p> <p>O equipamento deverá atender às normas técnicas vigentes, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NBR IEC 60601-1 – Segurança elétrica;</li> <li>• NBR IEC 60601-2-19 – Requisitos particulares para incubadoras;</li> <li>• NBR IEC 60601-1-2 – Compatibilidade eletromagnética.</li> </ul> <p>A alimentação elétrica deverá ser <b>bivolt automático ou conforme padrão definido pela unidade solicitante</b>.</p> <p><b>Acessórios Mínimos</b></p> <p>O equipamento deverá acompanhar, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 02 (dois) sensores de temperatura de pele;</li> <li>• Suporte para posicionamento de circuitos de ventiladores;</li> <li>• 12 (doze) filtros de ar, no mínimo;</li> <li>• 02 (dois) colchões com capa antibacteriana e antialérgica;</li> <li>• 02 (dois) reservatórios de água, sendo 01 instalado no equipamento e 01 reserva;</li> </ul>	
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) prateleira giratória para suporte de monitor multiparâmetros ou outros equipamentos, com capacidade mínima de <b>10 kg</b>;</li> <li>• Suporte de soro com, no mínimo, <b>02 (dois) ganchos</b>.</li> </ul>	
<b>3</b>	<p><b>BERÇO AQUECIDO</b></p> <p>Equipamento destinado ao atendimento de recém-nascidos, dotado de <b>sistema de aquecimento por calor irradiante</b>, por meio de elemento aquecedor localizado na parte superior do berço.</p> <p>Deverá possuir <b>giro bilateral no plano horizontal</b>, permitindo o posicionamento adequado do aparelho de raios X, bem como <b>bandeja para alojamento do filme radiográfico</b>.</p> <p>O <b>leito do recém-nascido</b> deverá ser construído em <b>material plástico radiotransparente</b>, com <b>laterais rebatíveis e/ou removíveis</b>, de modo a facilitar o acesso ao paciente, devendo permitir <b>ajustes nas inclinações mínimas de Trendelenburg e próclive</b>.</p> <p>Deverá acompanhar <b>colchão confeccionado em espuma de densidade adequada</b>, em <b>material atóxico</b>, com <b>revestimento removível e antialérgico</b>, compatível com as dimensões do berço.</p> <p>A <b>estrutura</b> deverá ser confeccionada em <b>aço</b>, com <b>pintura epóxi ou similar</b>, devendo possuir <b>mobilidade por meio de rodízios com freios e para-choques frontal e traseiro</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>display em LED ou LCD</b> para indicação da <b>temperatura atual, temperatura auxiliar, temperatura ambiente e nível de potência</b>, bem como <b>memória para retenção dos valores programados</b>.</p> <p>O sistema de controle deverá ser <b>microprocessado</b>, com <b>modo de operação servo controlado</b>, por meio de <b>sensor conectado ao recém-nascido</b>, e <b>modo manual</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>relógio apagar incorporado</b>.</p> <p>Deverá apresentar <b>alarmes audiovisuais intermitentes</b>, no mínimo, para as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de energia elétrica;</li> </ul>	<b>54</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falha na resistência de aquecimento;</li> <li>• Falta de sensor ou desalojamento do sensor no paciente;</li> <li>• Hipotermia;</li> <li>• Hipertermia;</li> <li>• Temperatura alta prolongada;</li> <li>• Advertência de rotina;</li> <li>• Alarme de temperatura alta e baixa.</li> </ul> <p>Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Bandeja sob o leito</b> para armazenamento de materiais diversos;</li> <li>• <b>Haste para suporte de soro;</b></li> <li>• <b>Conjunto de tomadas auxiliares</b>, tipo <b>2P+T</b>;</li> <li>• <b>Todos os demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</b></li> </ul> <p>A alimentação elétrica deverá ser <b>bivolt automático</b> ou em tensão <b>110 V ou 220 V</b>, conforme o local de instalação.</p>	
4	<p><b>APARELHO DE FOTOTERAPIA</b></p> <p>Equipamento destinado ao tratamento da hiperbilirrubinemia em recém-nascidos a termo ou pré-termo, assegurando eficácia terapêutica e segurança ao paciente.</p> <p><b>Características mínimas:</b></p> <p>Equipamento com <b>controle microprocessado da radiação</b> aplicada ao paciente. Deverá possuir <b>caixa confeccionada em plástico de engenharia</b>, com <b>display alfanumérico</b> e <b>teclado de simples operação</b>.</p> <p>Deverá realizar <b>emissão de luz no espectro azul</b>, adequado ao tratamento da bilirrubina, apresentando <b>alta radiação no centro e nas extremidades do foco luminoso</b>. Deverá possuir <b>baixa emissão de luz infravermelha e ultravioleta</b>, ou não emitir nenhuma dessas radiações.</p>	

<p>Deverá possuir <b>no mínimo 15 (quinze) Super LEDs</b> com tecnologia de fonte de irradiação no espectro azul, compreendido entre <b>400 a 500 nm</b>, com foco em <b>460 nm</b>, e <b>vida útil média do módulo fonte de, no mínimo, 20.000 horas</b>. O <b>módulo fonte deverá ser facilmente removível</b>, permitindo limpeza e substituição.</p> <p>Deverá possuir, no mínimo, <b>01 (um) LED branco</b> destinado à <b>iluminação auxiliar</b>.</p> <p>Ajuste do nível de potência em 10% a 100% em uma escala de ajuste de 10%.</p> <p>Deverá possuir <b>pedestal com altura ajustável, base com rodízios providos de freios</b> para transporte e <b>braço articulável</b> para sustentação do cabeçote, permitindo seu uso e posicionamento em <b>incubadoras, berços aquecidos e berços comuns</b>.</p> <p>A <b>intensidade média no centro do foco luminoso</b>, a <b>40 cm de distância</b>, deverá situar-se entre <b>30 a 45 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math></b>, com tolerância de <math>\pm 10\%</math>.</p> <p>As <b>dimensões mínimas do foco luminoso</b> deverão ser de <b>32 x 22 cm</b>.</p> <p>O equipamento deverá apresentar <b>nível de ruído inferior a 60 dBA</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>totalizador de horas</b> para controle da vida útil da fonte emissora, bem como <b>relógio calendário</b>.</p> <p>Deverá dispor de <b>sistema de proteção contra alta temperatura do módulo fonte</b>.</p> <p>Deverá permitir a <b>memorização das irradiações</b>, realizadas de forma manual ou automática, possibilitando a <b>emissão de relatórios</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>saída RS-232</b> para conexão com impressora ou computador, bem como <b>chave liga/desliga</b>.</p> <p>A alimentação elétrica deverá ser <b>bivolt automático ou 110 V</b>, com <b>frequência de 60 Hz</b>.</p> <p>O equipamento deverá atender às <b>normas técnicas vigentes</b>, em especial à <b>NBR IEC 60601-1 – Segurança elétrica</b>.</p> <p><b>Acessórios mínimos:</b></p> <p>Cada equipamento deverá acompanhar, no mínimo:</p>	<p>57</p>
--	-----------



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) kit composto por <b>no mínimo 20 (vinte) unidades de protetor ocular (óculos)</b> tamanho <b>P</b>;</li> <li>• 01 (um) kit composto por <b>no mínimo 20 (vinte) unidades de protetor ocular (óculos)</b> tamanho <b>M</b>;</li> <li>• 01 (um) <b>acessório para medição da radiância</b> emitida pelo equipamento de fototerapia.</li> </ul>	
5	<p><b>BERÇO COM FOTOTERAPIA REVERSA</b></p> <p>Berço confeccionado em <b>acrílico</b>, montado sobre <b>carro de transporte móvel</b>, dotado de <b>04 (quatro) rodízios giratórios</b>, com diâmetro mínimo de <b>4 (quatro) polegadas</b>, sendo <b>providos de freios</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>fonte de luz composta por conjunto de lâmpadas LED</b>, com <b>emissão no espectro azul</b>, focado em <b>455 nm</b>, dispostas <b>na base do berço em acrílico</b>.</p> <p>A <b>abertura superior</b> deverá permitir a <b>sobreposição de lâmina arqueada</b>, com <b>superfície interna refletora</b>, de modo a redirecionar a luz emitida de volta ao paciente, otimizando a eficácia da fototerapia.</p> <p>Deverá permitir <b>ajuste da intensidade de irradiação em todas as direções</b>.</p> <p>O <b>leito</b> deverá ser confeccionado em <b>acrílico transparente</b>, devendo acompanhar <b>colchão de gel moldado, vulcanizado e macio</b>, com <b>capa protetora transparente</b>, permitindo a passagem da irradiação da fonte luminosa para o paciente <b>sem oferecer riscos</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>display alfanumérico e controle microprocessado</b> para múltiplas funções.</p> <p>Deverá possuir <b>saída RS-232</b> para conexão com <b>impressora ou computador</b>.</p> <p>Deverá dispor de <b>sistema de proteção contra altas temperaturas</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>cesto para acomodação de objetos</b>.</p> <p>A alimentação elétrica deverá ser <b>definida pela entidade solicitante</b>.</p>	5

6	<p><b>RESSUSCITADOR PULMONAR EM T</b></p> <p>Ventilador mecânico manual em <b>configuração em T</b>, destinado à <b>ventilação pulmonar de recém-nascidos</b>.</p> <p>O equipamento deverá ser <b>construído em caixa injetada em material plástico de engenharia</b>, devendo possuir <b>alça para transporte</b> e <b>sistema que facilite a fixação e estabilização</b> do equipamento em mesas ou superfícies planas.</p> <p>Deverá permitir o fornecimento de <b>pressão inspiratória e PEEP constantes e ajustáveis</b>, de acordo com a necessidade do paciente, sendo de <b>fácil manuseio</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>manômetro, válvulas reguladoras para controle da pressão inspiratória e válvula de segurança</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>conexões de entrada e saída de gases</b>, com <b>válvula de redução localizada na peça em T</b>, permitindo <b>fácil conexão com máscaras</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>misturador de gases (blender)</b> acoplado ao equipamento, garantindo o funcionamento com <b>ar comprimido e oxigênio (O<sub>2</sub>)</b>, com concentração de 21 a 100% de oxigênio, econômico com baixo consumo de oxigênio, com fluxos ajustados acima de 3 lpm. Não é necessário realizar um esvaziamento/sangramento. Capacidade de uso para o blender de 0 a 30LPM. Exatidão % oxigênio de <math>\pm 3\%</math>.</p> <p>Deverá operar com <b>fluxo contínuo</b>, com <b>faixa de pressão ajustável entre 0 e 80 cmH<sub>2</sub>O</b>.</p> <p><b>Acessórios mínimos</b></p> <p>O equipamento deverá acompanhar, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mangueiras de 1,5 m para oxigênio (O<sub>2</sub>) e ar comprimido;</b></li> <li>• <b>Fluxômetro</b> com conector para mangueira de entrada de gases;</li> <li>• <b>Mangueira com conexão dupla</b> para entrada de gases;</li> <li>• <b>Tubo corrugado com válvula em “T”</b> para controle e regulação da PEEP;</li> </ul>	29
---	---	----

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Jogo de máscaras infantis</b> confeccionadas em silicone, autoclaváveis;</li> <li>• <b>Pulmão teste em silicone, livre de látex (latex free);</b></li> <li>• <b>Cabos e demais acessórios necessários</b> ao pleno funcionamento do equipamento.</li> </ul>	
7	<p><b>INSTRUMENTO MULTIFUNCIONAL PARA AVALIAÇÃO DE RADIANÇA, TEMPERATURA E UMIDADE</b></p> <p>Instrumento <b>portátil e multifuncional</b>, destinado à <b>avaliação da radiança emitida por equipamentos de fototerapia neonatal</b>, bem como à <b>medição de temperatura e umidade do ambiente</b>.</p> <p>O equipamento deverá possuir <b>display digital</b> para visualização clara dos valores medidos, bem como <b>teclado de operação simples</b>.</p> <p>Deverá ser capaz de medir <b>radiança luminosa</b> na faixa mínima de <b>0,0 a 100,0 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math></b>, com <b>resolução mínima de 0,1 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math></b> e <b>precisão mínima de <math>\pm 2,0\%</math></b>, devendo operar em <b>espectro compatível com a fototerapia neonatal</b>, abrangendo, no mínimo, a faixa de <b>400 a 550 nm</b>, com resposta espectral equiparada ao espectro de ação da fototerapia.</p> <p>Deverá permitir a <b>medição de temperatura ambiente</b>, com faixa mínima de <b>10 °C a 60 °C</b>, e de <b>umidade relativa do ar</b>, com faixa mínima de <b>20% a 100% UR</b>.</p> <p>Deverá possuir <b>sondas intercambiáveis</b>, ao menos para <b>radiança, temperatura e umidade</b>, permitindo seleção automática ou manual do modo de medição.</p> <p>A alimentação deverá ser realizada por <b>bateria alcalina de 9 V</b>, ou tecnologia equivalente de fácil reposição, devendo o equipamento apresentar <b>indicação de nível de carga e desligamento automático</b> após período de inatividade.</p> <p>O equipamento deverá ser <b>leve e portátil</b>, com <b>peso máximo do conjunto de até 500 g</b>.</p>	12

	<p>Fornecer <b>todas as sondas, acessórios, cabos e componentes necessários</b> à correta operação do equipamento;</p> <p>Garantir a <b>calibração periódica</b>, quando aplicável, com emissão de <b>relatórios ou certificados</b>;</p> <p>Fornecer <b>baterias, estojos de transporte e demais insumos necessários</b>, sem qualquer ônus adicional à contratante.</p>	
8	<p><b>BILIRRUBINÔMETRO</b></p> <p>Equipamento portátil, destinado à medição não invasiva da bilirrubina transcutânea em recém-nascidos, possibilitando a triagem, o monitoramento e o acompanhamento clínico dos níveis de bilirrubina, com segurança, rapidez e confiabilidade, sem necessidade de coleta sanguínea.</p> <p>Deverá utilizar <b>tecnologia óptica</b> para emissão e detecção de luz em <b>múltiplos comprimentos de onda</b>, permitindo o cálculo dos níveis de bilirrubina com <b>precisão clinicamente validada</b>, inclusive após sessões de fototerapia, quando aplicável.</p> <p>Deverá apresentar <b>display digital</b>, preferencialmente colorido, com <b>boa visibilidade</b>, permitindo a visualização clara dos valores medidos, bem como de informações adicionais, tais como <b>data, hora, identificação do paciente e do operador</b>, quando disponível.</p> <p>O equipamento deverá permitir a realização de <b>uma ou mais medições consecutivas</b>, com possibilidade de <b>cálculo automático da média</b> dos valores obtidos.</p> <p>Deverá possuir <b>memória interna</b> para armazenamento das medições realizadas, possibilitando posterior consulta, comparação ou transferência de dados.</p> <p>Deverá permitir a <b>identificação do paciente e do operador</b>, por meio de inserção manual e/ou leitura automatizada, quando aplicável.</p> <p>Deverá possuir <b>interface de comunicação com computador</b>, por meio de <b>porta USB ou tecnologia equivalente</b>, permitindo a <b>transferência de dados</b> em formatos compatíveis com sistemas de informação hospitalar, quando aplicável.</p> <p>O equipamento deverá ser <b>leve, portátil e de fácil manuseio</b>, adequado ao uso manual, com <b>alimentação por bateria recarregável interna</b>, devendo</p>	7

	<p>possuir <b>indicador de nível de carga da bateria e sistema de desligamento automático</b>, visando economia de energia.</p> <p>A <b>faixa de medição</b> deverá contemplar, no mínimo, valores entre <b>0 a 20 mg/dL</b>, ou faixa equivalente em <b>µmol/L</b>, com <b>precisão compatível com o uso clínico neonatal</b>, conforme especificações do fabricante.</p> <p>O equipamento deverá atender às <b>normas técnicas vigentes</b>, aplicáveis a equipamentos eletromédicos, em especial à <b>ABNT NBR IEC 60601-1</b>, devendo possuir <b>registro ativo na ANVISA</b>.</p> <p><b>Acessórios mínimos</b></p> <p>O equipamento deverá acompanhar, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Base ou suporte para recarga da bateria</b>, quando aplicável;</li> <li>• <b>Cabo(s) de alimentação e/ou comunicação</b>;</li> <li>• <b>Estojo, maleta ou bolsa</b> para transporte e proteção;</li> <li>• <b>Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento</b>, conforme o modelo ofertado.</li> </ul> <p><b>Condições específicas para locação</b></p> <p>Durante toda a vigência da locação, a <b>empresa contratada será integralmente responsável</b> por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar o equipamento em <b>plenas condições de funcionamento, precisão e segurança</b>;</li> <li>• Fornecer <b>todos os acessórios, componentes, baterias, bases, sensores ópticos e consumíveis associado para uso inicial</b>;</li> </ul>	
--	--	--

## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os equipamentos objeto da presente contratação deverão atender integralmente aos **padrões técnicos de segurança, desempenho e qualidade**, incluindo funcionamento adequado, montagem correta, estabilidade operacional e inexistência de riscos à integridade física de pacientes, profissionais de saúde ou bens patrimoniais.

Os equipamentos deverão ser **novos em perfeito estado de conservação e funcionamento**, de **primeiro uso para a Administração**, genuínos, de boa qualidade e adequados ao uso hospitalar neonatal, devendo atender às **normas técnicas aplicáveis**, em especial às normas da **ABNT**, do **INMETRO**, do **Ministério da Saúde** e da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, bem como às normas nacionais e internacionais pertinentes, quando aplicáveis, atendendo plenamente às suas finalidades assistenciais.

## **7. CONDIÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS BENS A SEREM FORNECIDOS**

- 7.1.1. Todos os equipamentos deverão estar **identificados com o nome, código, logotipo do fabricante e número de série**, quando aplicável, garantindo rastreabilidade.
- 7.1.2. Os equipamentos deverão apresentar **concepção compatível com sua finalidade assistencial**, ergonomia adequada ao uso clínico neonatal e facilidade de operação, quando aplicável.
- 7.1.3. Os equipamentos deverão apresentar **acabamento adequado**, livres de rebarbas, fissuras, trincas, deformações, sinais de oxidação ou quaisquer outros defeitos que comprometam a segurança, funcionalidade ou higienização.
- 7.1.4. Os equipamentos deverão ser fabricados com **materiais compatíveis com o uso hospitalar**, resistentes à limpeza, desinfecção e às condições de operação contínua, devendo possuir **registro ativo no Ministério da Saúde/ANVISA**, quando aplicável.
- 7.1.5. Os componentes sujeitos à oxidação deverão receber **tratamento de proteção adequado**, garantindo durabilidade e conservação durante toda a vida útil do equipamento.

## **8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

- 8.1. A Administração poderá adquirir e empenhar os quantitativos que entender necessários, até o limite máximo registrado na Ata de Registro de Preços. A DETENTORA deverá garantir a disponibilidade de fornecimento dos quantitativos registrados, sempre que formalizada Ordem de Fornecimento, observados os limites estabelecidos.
- 8.2. O quantitativo total empenhado poderá ser dividido em uma ou mais Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade de abastecimento da rede da Secretaria Municipal da Saúde, sendo vedada a exigência de faturamento mínimo.
- 8.3. O prazo de entrega dos equipamentos será de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

- 8.4. Os endereços de entrega indicados em cada Ordem de Fornecimento poderão ser alterados entre as unidades da rede SMS, mediante solicitação da Gerência de Engenharia Clínica, desde que comunicada previamente à DETENTORA por meio de documento formal ou correio eletrônico.
- 8.5. Poderão ser **incluídos endereços adicionais de entrega de unidades vinculadas à rede SMS**, inclusive aquelas geridas por parceiros, conforme disposto nas Portarias nº 790/2017-SMS.G e nº 632/2019-SMS.G.
- 8.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalmente caracterizada com a emissão da Nota de Empenho e da correspondente Ordem de Fornecimento, encaminhada à DETENTORA pelo setor de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde. As Ordens de Fornecimento deverão conter, obrigatoriamente, o número da Nota de Empenho, o número do processo administrativo, a data de expedição, a quantidade solicitada, as especificações de marca e apresentação, os preços unitário e total, o local e o horário de entrega, o prazo para entrega e a assinatura do requisitante.
- 8.8. As Ordens de Fornecimento serão formalizadas por meio de documento assinado pelo responsável da Engenharia Clínica da CONTRATANTE e pelo representante da DETENTORA. A DETENTORA será convocada para retirada ou ciência das Ordens de Fornecimento por telefone ou correio eletrônico, dispondo de prazo máximo de 3 (três) dias úteis para comparecimento ou devolução da Ordem de Fornecimento devidamente assinada.
- 8.9. O prazo para entrega, instalação, realização de testes de funcionamento e treinamento operacional, quando aplicável, será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento. Tal prazo poderá ser programado ou, excepcionalmente, postergado, mediante justificativa técnica ou administrativa da Gerência de Engenharia Clínica, devidamente comunicada à DETENTORA. As orientações quanto aos prazos constarão das próprias Ordens de Fornecimento ou serão comunicadas formalmente pela Gerência de Engenharia Clínica.
- 8.10. A DETENTORA **estará obrigada a atender todas as Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, ainda que a entrega esteja prevista para data posterior ao término de sua vigência. Qualquer intercorrência que impossibilite o fornecimento dos produtos nos quesitos marca, modelo ou fabricante deverá ser comunicada imediatamente à Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde, acompanhada de posicionamento quanto à regularização iminente ou, conforme a urgência, de proposta de solução pontual, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações

assumidas.

## 9. DA ENTREGA

### 9.1. Disposições gerais

- 9.1.1. Todos os equipamentos de **uso neonatal** deverão ser **novos**, sem uso anterior, e entregues em **perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança**, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo adequados ao **atendimento de recém-nascidos**, inclusive prematuros e pacientes de alto risco assistencial.
- 9.1.2. Serão recusados os equipamentos que não atendam integralmente às especificações técnicas, às exigências regulatórias ou que apresentem quaisquer condições que comprometam a segurança do recém-nascido, dos profissionais de saúde ou a continuidade da assistência neonatal.
- 9.1.3. Os equipamentos recusados pelos servidores da Secretaria Municipal da Saúde deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da notificação formal, considerando a criticidade assistencial dos serviços de neonatologia.
- 9.1.4. Todas as despesas relacionadas à entrega dos equipamentos, incluindo transporte, carga, descarga e eventuais substituições decorrentes de inconformidades, serão de responsabilidade da CONTRATADA. Em caso de atraso injustificado, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente.
- 9.1.5. A CONTRATADA responderá pela entrega correta dos equipamentos, incluindo **modelo, especificações técnicas e unidade neonatal de destino**, ainda que os itens tenham sido eventualmente recebidos por unidade diversa daquela originalmente indicada na Ordem de Fornecimento.
- 9.1.6. Os equipamentos deverão ser acompanhados de **Certificado de Garantia, manuais de operação e manutenção em língua portuguesa**, bem como de **todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento em ambiente neonatal**, quando aplicável.

### 9.2. Prazo de entrega

- 9.2.1. A entrega dos equipamentos de neonatologia deverá ser realizada no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 9.2.2. No ato da entrega, os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, acompanhados da correspondente Nota Fiscal.



Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo ou das condições de entrega, a DETENTORA deverá comunicar e justificar formalmente o ocorrido à Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde, considerando o impacto assistencial nos serviços neonatais.

- 9.2.3. A entrega deverá observar as orientações da instituição, incluindo **agendamento prévio**, quando necessário, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**, de modo a não interferir na rotina assistencial das unidades de neonatologia.

### 9.3. Embalagem

- 9.3.1. Os equipamentos de uso neonatal deverão ser entregues devidamente embalados, conforme as recomendações do fabricante, assegurando a integridade física, funcional e sanitária durante o transporte e, quando necessário, durante o armazenamento.
- 9.3.2. Os equipamentos não serão recebidos caso as embalagens apresentem sinais de violação, umidade, inadequação ao conteúdo ou ausência de identificação, especialmente quando tais condições possam comprometer a **segurança do recém-nascido** ou a confiabilidade do equipamento.
- 9.3.3. O transporte deverá obedecer a critérios adequados para garantir que a **qualidade, rastreabilidade e integridade** dos equipamentos neonatais não sejam comprometidas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas aplicáveis.

### 9.4. Identificação e Conformidade Regulatória

- 9.4.1. Os equipamentos de neonatologia deverão, quando aplicável, possuir registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, identificado por numeração aposta na embalagem ou no próprio equipamento, excetuados os casos legalmente dispensados ou isentos.
- 9.4.2. Os equipamentos que assim o exigirem deverão estar **certificados pelo INMETRO** e atender às **normas técnicas da ABNT** pertinentes a equipamentos médico-hospitalares de uso neonatal, sendo a conformidade comprovada por selo ou identificação correspondente.
- 9.4.3. Todos os equipamentos deverão apresentar **etiqueta fixada**, contendo, obrigatoriamente, a identificação do fabricante, data de fabricação, número de série e campo destinado ao registro da data de entrega, assegurando a **rastreabilidade e o controle técnico** ao longo da vida útil do equipamento.

## 10. DA GARANTIA

- 10.1. O prazo de garantia total dos equipamentos de uso neonatal será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento pela CONTRATANTE.
- 10.2. A qualidade dos equipamentos deverá atender integralmente aos requisitos das **normas técnicas da ABNT**, bem como às demais normas regulatórias aplicáveis a equipamentos médico-hospitalares destinados à assistência neonatal.
- 10.3. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar a **reposição gratuita** de qualquer equipamento, peça, componente ou acessório que apresente defeito decorrente de **falhas de projeto, matéria-prima, fabricação, montagem ou transporte**, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 10.4. As peças e componentes deverão ser substituídos sempre que necessário, conforme diagnóstico técnico ou de acordo com as recomendações constantes no manual do fabricante, observando-se as condições de segurança exigidas para o uso em **recém-nascidos**, inclusive prematuros.
- 10.5. Todas as peças e acessórios substituídos deverão ser **registrados em relatório de serviço específico para cada equipamento**, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento, a descrição da intervenção realizada, a nomenclatura correta das peças substituídas e as respectivas quantidades.
- 10.6. Os serviços prestados e as peças ou acessórios substituídos durante o período de garantia terão **garantia mínima de 90 (noventa) dias**, contados a partir da emissão do relatório de serviços que ateste a conclusão dos trabalhos, ainda que a Ata de Registro de Preços tenha sido encerrada.
- 10.7. A garantia deverá ser prestada, preferencialmente, **no local de instalação do equipamento**. Quando houver necessidade de envio do equipamento à assistência técnica do fabricante ou empresa autorizada, todos os custos relacionados à retirada, transporte e devolução serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 10.8. As peças ou acessórios defeituosos substituídos deverão ser apresentados ao fiscal do contrato, que poderá solicitar seu recolhimento pela CONTRATADA para descarte adequado, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.
- 10.9. Considerando a **criticidade assistencial dos equipamentos de neonatologia**, eventuais intervenções técnicas durante o período de garantia deverão ser iniciadas em até **48 (quarenta e oito) horas úteis** após a abertura do chamado pela unidade usuária, realizada por meio de correio eletrônico indicado pela CONTRATADA. O reparo deverá ser concluído em até **07 (sete) dias úteis**, contados

do recebimento do equipamento para manutenção, quando aplicável.

- 10.10. Considerando a **criticidade assistencial dos equipamentos de neonatologia** e a necessidade de assegurar a continuidade e a segurança da assistência ao recém-nascido, **caso a manutenção corretiva não seja concluída no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, contados a partir do recebimento do equipamento pela assistência técnica da CONTRATADA, esta deverá **disponibilizar, de forma temporária**, equipamento **equivalente ou superior**, compatível com as especificações técnicas e assistenciais do equipamento original, **sem qualquer ônus para a CONTRATANTE**, exclusivamente durante o período de garantia.
- 10.11. O equipamento disponibilizado para substituição temporária deverá atender integralmente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, incluindo registro ativo na ANVISA, quando exigido, e permanecerá em uso **até a devolução do equipamento original em perfeitas condições de funcionamento**.
- 10.12. A substituição temporária prevista nesta cláusula **não caracteriza locação**, não implica transferência de propriedade e **não gera obrigação de fornecimento permanente**, destinando-se exclusivamente à **mitigação de risco assistencial** e à garantia da continuidade do atendimento neonatal durante o período de garantia.
- 10.13. A CONTRATADA deverá oferecer **assistência técnica gratuita durante todo o período de garantia**, abrangendo atendimento e solução de falhas ou defeitos, seja por meio de equipe própria, seja por intermédio de representantes autorizados ou credenciados pelo fabricante.
- 10.14. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção fora do local de instalação, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte de ida e volta, bem como por todas as despesas decorrentes da assistência técnica, incluindo fornecimento de peças, transporte, tributos e mão de obra especializada.
- 10.15. Durante o período de garantia, a CONTRATADA realizará a **manutenção corretiva dos equipamentos sem limitação de atendimentos**, assegurando a continuidade e a segurança da assistência neonatal.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Entregar os equipamentos de uso neonatal em perfeitas condições de conservação, funcionamento e segurança, nos prazos e locais indicados nas Ordens de Fornecimento, acompanhados de Nota Fiscal devidamente detalhada;
- 11.2. Fornecer **exclusivamente** os itens discriminados na Ordem de Fornecimento, na Nota de Empenho e demais instrumentos vinculados à Ata de Registro de Preços,

observadas integralmente as especificações técnicas;

- 11.3. Comunicar formalmente à Administração, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, qualquer impossibilidade de cumprimento do fornecimento, apresentando justificativa técnica devidamente comprovada;
- 11.4. Arcar com **todos os tributos, fretes, seguros, transporte, mão de obra e demais encargos** necessários à execução do fornecimento, sem ônus adicional para a Administração;
- 11.5. Realizar o **treinamento técnico-operacional inicial** das equipes das unidades receptoras, quando aplicável, abrangendo operação segura, cuidados básicos, limpeza e orientações essenciais para o uso adequado dos equipamentos de neonatologia;
- 11.6. Garantir **assistência técnica e reposição de peças e componentes** durante o período de garantia, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como assegurar o atendimento às obrigações legais aplicáveis após o término da garantia, quando couber;
- 11.7. Responder **civil, administrativa e penalmente** por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a pacientes, decorrentes de falhas no fornecimento, defeitos dos equipamentos ou execução inadequada de suas obrigações;
- 11.8. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas**, bem como o cumprimento dos padrões de qualidade, segurança e especificações técnicas estabelecidas;
- 11.9. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- 11.10. Cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Fiscalizar e acompanhar a execução das obrigações assumidas pela DETENTORA, por meio de servidor formalmente designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 12.2. Proceder ao **recebimento provisório e definitivo** dos equipamentos, disponibilizando local, data e horário adequados para entrega, instalação e testes, quando aplicável;

- 12.3. Recusar, total ou parcialmente, os equipamentos que apresentem irregularidades, desconformidades técnicas ou divergências em relação às especificações estabelecidas, comunicando formalmente a DETENTORA;
- 12.4. Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução do fornecimento, respeitadas as rotinas assistenciais das unidades de neonatologia;
- 12.5. Manifestar-se formalmente sobre a aplicação de sanções, alterações contratuais ou demais providências administrativas relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços;
- 12.6. Efetuar o **pagamento devido**, após o recebimento definitivo dos equipamentos e o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme prazos e critérios previstos na legislação vigente.

### 13. PROPOSTA COMERCIAL

- 13.1. A proposta comercial apresentada deverá atender integralmente à legislação vigente, incluindo o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como às normas sanitárias, técnicas e regulatórias aplicáveis a equipamentos médico-hospitalares de uso neonatal.
- 13.2. A proposta deverá conter, de forma clara, completa e objetiva, as seguintes informações:
- Marca, modelo e fabricante de cada equipamento ofertado;
  - Descrição técnica completa do produto, compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência;
  - Número do registro ou comprovação de regularidade junto à **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, quando aplicável;
  - Procedência do produto;
  - Preços unitários e preço total global, expressos em moeda corrente nacional;
  - Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias**;
  - Declaração de que a entrega dos equipamentos será realizada nos endereços indicados pela Administração, conforme Ordens de Fornecedor.
- 13.3. Não serão aceitas propostas que contemplem **produtos usados, seminovos, recondicionados, recuperados ou remanufaturados**, devendo todos os equipamentos ofertados ser **novos**, sem uso anterior, e adequados ao uso hospitalar neonatal.
- 13.4. Os preços ofertados deverão **incluir todas as despesas necessárias ao fornecimento**, tais como tributos, encargos, frete, seguros, transporte, mão de obra,

instalação, testes de funcionamento e treinamento operacional inicial, quando aplicável, **não sendo admitidas cobranças adicionais posteriores**, salvo nos casos de criação ou majoração de tributos ocorridos após a data de abertura da licitação, devidamente comprovados.

#### 14. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, comprovando sua aptidão para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares destinados à assistência neonatal:

- 14.1. **Comprovação da regularidade sanitária do produto** junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante apresentação de cópia do registro, notificação, cadastramento ou isenção, conforme aplicável, ou comprovação de que o produto não se encontra sob controle sanitário, nos termos da legislação vigente;
- 14.2. **Catálogo técnico original do fabricante**, contendo foto ilustrativa, marca, modelo e especificações técnicas completas do produto ofertado, bem como o número do registro na ANVISA, quando aplicável, devendo as informações técnicas relevantes estar **claramente assinaladas ou destacadas**, de modo a possibilitar a rápida e objetiva análise pela Comissão Técnica responsável. O catálogo deverá ser apresentado em **língua portuguesa do Brasil**;
- 14.3. **Manual de operação e manutenção do equipamento**, em língua portuguesa do Brasil, compatível com o modelo ofertado;
- 14.4. **Alvará ou Licença de Localização e Funcionamento**, em vigor, emitido pela autoridade competente do município onde a empresa licitante estiver sediada, comprovando a regularidade de sua atividade no endereço informado;
- 14.5. **Certidão de Regularidade Técnica**, emitida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal do local onde a empresa estiver sediada, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está apta a atuar no ramo de comercialização de equipamentos médico-hospitalares;
- 14.6. **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE**, emitida pela ANVISA, válida na data da licitação, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer atividades de comercialização, distribuição e/ou manutenção de equipamentos médico-hospitalares em território nacional;
- 14.7. **Declaração do licitante** indicando a empresa ou rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante que prestará os serviços de suporte técnico durante o período de garantia e, quando aplicável, após o seu término, com atendimento no Estado de São Paulo;
- 14.8. **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de equipamentos médico-

hospitalares compatíveis com o objeto desta licitação, em quantidade mínima correspondente a **30% (trinta por cento)** do quantitativo estimado por item. O atestado deverá conter identificação da instituição emitente, timbre, assinatura do representante legal, nome legível, cargo ou função, e descrição clara do objeto fornecido;

- 14.9. Quando aplicável, **declaração do fabricante ou representante autorizado** comprovando que a empresa licitante está habilitada a comercializar e prestar assistência técnica aos equipamentos ofertados.

plenamente válidas e exigíveis.

## **15. SUSTENTABILIDADE**

Nos termos do disposto no art. 11, inciso IV, e art. 25, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

### **15.1. Princípios da sustentabilidade**

A presente licitação e a execução contratual observarão, sempre que possível e compatível com o objeto, os seguintes princípios:

- a) Uso racional e eficiente dos recursos naturais, priorizando bens, serviços e obras com menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida;
- b) Redução da geração de resíduos, com incentivo à reutilização, reciclagem e descarte ambientalmente adequado;
- c) Eficiência energética, incluindo preferência por equipamentos e materiais com certificações reconhecidas de desempenho ambiental;
- d) Condições de trabalho dignas, combate ao trabalho infantil, escravo ou degradante e incentivo à inclusão produtiva de populações vulneráveis;
- e) Responsabilidade social e inclusão, priorizando, quando aplicável, empresas que promovam a equidade de gênero, diversidade, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

### **15.2. Exigências para a contratada**

A empresa vencedora deverá, durante a execução do contrato:

- a) Adotar práticas que minimizem impactos ambientais, apresentando, quando solicitado, comprovações de descarte correto, logística reversa, ou certificações ambientais (como ISO 14001, Selo Verde, entre outros);
- b) Assegurar condições seguras e dignas de trabalho aos seus empregados, com observância às normas trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança no trabalho;
- c) Fornecer relatórios técnicos, quando exigido no edital ou contrato, que comprovem o cumprimento de exigências sustentáveis do objeto contratado;
- d) Priorizar, sempre que possível, o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de baixo impacto ambiental na execução contratual.



## ANEXO – II - MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 6017.2026/0011183-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 90573/2026  
**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS

A empresa ....., estabelecida na **(endereço completo, telefone e endereço eletrônico)**, inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., RG....., CPF....., propõe fornecer à Secretaria Municipal da Saúde, em estrito cumprimento ao previsto no Edital da licitação em epígrafe, por meio de Ata de Registro de Preços, o(s) produto(s) conforme abaixo discriminado:

### LOTE 01

(devem ser especificados e precificados todos os itens do lote)

ITEM Nº XX	
DESCRIÇÃO PRODUTO OFERTADO:	
MARCA:	
FABRICANTE: <i>(ou detentor do registro do produto no Brasil)</i>	
REGISTRO NO M.S: <i>(se o caso)</i>	
PROCÊDENCIA: <i>(pais de origem do produto)</i>	
PREÇO UNITÁRIO:	
PREÇO TOTAL ESTIMADO:	

### **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

01. **PRAZO ENTREGA:** 30 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento pela detentora de cada ordem de fornecimento
02. **VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO**.
03. **DADOS BANCÁRIOS:** (Nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento)

### **DAS DECLARAÇÕES:**

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.
04. Declara Não cabe, por desconhecimento, qualquer questionamento ou reivindicação futura de nossa parte que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras.
05. Declara que a entrega dos equipamentos será realizada nos endereços indicados pela Administração, conforme Ordens de Fornecimento.

Local do Estabelecimento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

---



(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



### **ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES**

#### ***(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)***

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6017.2026/0011183-4**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90573/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_  
DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 13.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 13.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.



- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Local do Estabelecimento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo:

CPF:



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS  
COM A FAZENDA DA PMSP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6017.2026/0011183-4**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90573/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS  
NEONATAIS**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Local do Estabelecimento, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

## **ANEXO V – PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6017.2026/0011183-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90573/2026**  
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**

### **ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral – LG, conforme justificativa no ANEXO V.1

<b>ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE</b>	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
<b>ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL</b>	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE
<b>ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL</b>	ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZAVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

**Liquidez Corrente** – Índice Maior Ou Igual A 1,00  
**Solvência Geral** – Índice Maior Ou Igual A 1,00  
**Liquidez Geral** – Índice Maior Ou Igual A 1,00

## ANEXO V.1 – JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO



Secretaria Municipal da Saúde - SMS  
Coordenadoria de Finanças e Orçamento – CFO/SMS-G  
Rua General Jardim, nº36 – 9º andar – Vila Buarque – São Paulo- SP

Fls. nº 457

Do Processo nº 2013-0.161.594-0

Em 11/08/2015

Ass)

Claudia de   
R. 11/08/2015  
CFO/SMS-G

Interessado: SMS-3/ SMS - AJ

Assunto: Padronização de Editais de Pregão

SMS - AJ

Senhor Chefe de Assessoria,

De ordem da Coordenadora da CFO/ SMS, e em atenção ao contido às fls. 456, temos a informar que segundo a Lei 8666/93 art.31 §5 e a Lei Federal 11941 de 27/05/2009 que alterou em seu artigo 37 a Lei Federal 6404/76, principalmente os artigos 177, 178 e 180, a boa situação da empresa poderá ser identificada através dos índices contábeis, mas deverão estar previstos e devidamente justificados no edital do processo administrativo.

Os índices contábeis avaliam através das informações do balanço patrimonial da entidade a capacidade de pagamento levando em consideração as suas obrigações. Em relação aos índices de solvência são utilizados todos os itens do Ativo da empresa e as obrigações a curto e a longo prazo.

O índice de liquidez geral avalia a situação da empresa utilizando os direitos e as obrigações em longo prazo. O índice de liquidez corrente utiliza os itens dos direitos (Ativo Circulante) e obrigações (Passivo Circulante) a curto prazo da empresa.

**Liquidez Geral** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

**Liquidez Corrente** = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

**Índice de Solvência** = Ativo Total/ Passivo Circulante + Exigível a longo prazo.

Para comprovação da boa situação financeira da empresa, os resultados dos Índices de Liquidez Geral e Corrente, e o Índice de Solvência deverão ser maiores que 1, sendo que quanto maior, melhor a situação financeira.







Secretaria Municipal da Saúde - SMS  
 Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/SMS-G  
 Rua General Jardim, nº36 - 9º andar - Vila Buarque - São Paulo- SP

Fls. nº 458

Do Processo nº 2013-0.161.594-0

Em 11/08/2015

Ass)

Cláudia de Jesus Martins  
 R.F. 124-7  
 CFO/SMS.G

Em contraposição, se os valores forem iguais a 1, a empresa utiliza todo ativo para liquidar o passivo, sem a garantia se poderá se responsabilizar com novas obrigações. E menores que 1, as obrigações são maiores que os bens e direitos, ou seja, não conseguiriam quitar todas suas obrigações se necessário.

Os Índices aqui apresentados demonstram a situação da empresa perante as suas obrigações para com os seus direitos, avaliando assim se a empresa poderá aumentar as suas novas obrigações, de maneira que o ativo ainda seja maior que o seu passivo, ou seja, que ainda seja maior que 1 com novas obrigações.

Acompanha 01 volume.

São Paulo, 11 de agosto de 2015.

Donato José Mellone  
 Economista  
 CFO/SMS.G

DJM/com



**ANEXO – VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6017.2026/0011183-4**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90573/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano dois mil e vinte....., no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representado pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, Senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor. ...., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua ....., doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face o despacho proferido no **processo nº 6017.2026/0011183-4**, publicado no DOC/SP de XX/XX/2026, página XX, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90573/2026/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

- 2.1. O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

- 2.1.1 Item 01: (descrever objeto) – R\$
- 2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.
- 2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO**

- 3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.
- 3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

### **CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO**

- 4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 4.2 O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, ENTREGA E GARANTIA**

- 5.1. A Administração poderá adquirir e empenhar os quantitativos que entender necessários, até o limite máximo registrado na Ata de Registro de Preços. A DETENTORA deverá garantir a disponibilidade de fornecimento dos quantitativos registrados, sempre que formalizada Ordem de Fornecimento, observados os limites estabelecidos.

- 5.2. O quantitativo total empenhado poderá ser dividido em uma ou mais Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade de abastecimento da rede da Secretaria Municipal da Saúde, sendo vedada a exigência de faturamento mínimo.
- 5.3. O prazo de entrega dos equipamentos será de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.
- 5.4. Os endereços de entrega indicados em cada Ordem de Fornecimento poderão ser alterados entre as unidades da rede SMS, mediante solicitação da Gerência de Engenharia Clínica, desde que comunicada previamente à DETENTORA por meio de documento formal ou correio eletrônico.
- 5.5. Poderão ser **incluídos endereços adicionais de entrega de unidades vinculadas à rede SMS**, inclusive aquelas geridas por parceiros, conforme disposto nas Portarias nº 790/2017-SMS.G e nº 632/2019-SMS.G.
- 5.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalmente caracterizada com a emissão da Nota de Empenho e da correspondente Ordem de Fornecimento, encaminhada à DETENTORA pelo setor de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde. As Ordens de Fornecimento deverão conter, obrigatoriamente, o número da Nota de Empenho, o número do processo administrativo, a data de expedição, a quantidade solicitada, as especificações de marca e apresentação, os preços unitário e total, o local e o horário de entrega, o prazo para entrega e a assinatura do requisitante.
- 5.8. As Ordens de Fornecimento serão formalizadas por meio de documento assinado pelo responsável da Engenharia Clínica da CONTRATANTE e pelo representante da DETENTORA. A DETENTORA será convocada para retirada ou ciência das Ordens de Fornecimento por telefone ou correio eletrônico, dispondo de prazo máximo de 3 (três) dias úteis para comparecimento ou devolução da Ordem de Fornecimento devidamente assinada.
- 5.9. O prazo para entrega, instalação, realização de testes de funcionamento e treinamento operacional, quando aplicável, será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento. Tal prazo poderá ser programado ou, excepcionalmente, postergado, mediante justificativa técnica ou administrativa da Gerência de Engenharia Clínica, devidamente comunicada à DETENTORA. As orientações quanto aos prazos constarão das próprias Ordens de Fornecimento ou serão comunicadas formalmente pela Gerência de Engenharia Clínica.
- 5.10. A DETENTORA **estará obrigada a atender todas as Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, ainda que a entrega

esteja prevista para data posterior ao término de sua vigência. Qualquer intercorrência que impossibilite o fornecimento dos produtos nos quesitos marca, modelo ou fabricante deverá ser comunicada imediatamente à Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde, acompanhada de posicionamento quanto à regularização iminente ou, conforme a urgência, de proposta de solução pontual, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações assumidas.

### Disposições gerais

- 5.11. Todos os equipamentos de **uso neonatal** deverão ser **novos**, sem uso anterior, e entregues em **perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança**, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo adequados ao **atendimento de recém-nascidos**, inclusive prematuros e pacientes de alto risco assistencial.
- 5.12. Serão recusados os equipamentos que não atendam integralmente às especificações técnicas, às exigências regulatórias ou que apresentem quaisquer condições que comprometam a segurança do recém-nascido, dos profissionais de saúde ou a continuidade da assistência neonatal.
- 5.13. Os equipamentos recusados pelos servidores da Secretaria Municipal da Saúde deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da notificação formal, considerando a criticidade assistencial dos serviços de neonatologia.
- 5.14. Todas as despesas relacionadas à entrega dos equipamentos, incluindo transporte, carga, descarga e eventuais substituições decorrentes de inconformidades, serão de responsabilidade da CONTRATADA. Em caso de atraso injustificado, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente.
- 5.15. A CONTRATADA responderá pela entrega correta dos equipamentos, incluindo **modelo, especificações técnicas e unidade neonatal de destino**, ainda que os itens tenham sido eventualmente recebidos por unidade diversa daquela originalmente indicada na Ordem de Fornecimento.
- 5.16. Os equipamentos deverão ser acompanhados de **Certificado de Garantia, manuais de operação e manutenção em língua portuguesa**, bem como de **todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento em ambiente neonatal**, quando aplicável.

### Da entrega

- 5.17. A entrega dos equipamentos de neonatologia deverá ser realizada no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

- 5.18. No ato da entrega, os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, acompanhados da correspondente Nota Fiscal. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo ou das condições de entrega, a DETENTORA deverá comunicar e justificar formalmente o ocorrido à Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria Municipal da Saúde, considerando o impacto assistencial nos serviços neonatais.
- 5.19. A entrega deverá observar as orientações da instituição, incluindo **agendamento prévio**, quando necessário, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**, de modo a não interferir na rotina assistencial das unidades de neonatologia.

#### **Da Embalagem**

- 5.20. Os equipamentos de uso neonatal deverão ser entregues devidamente embalados, conforme as recomendações do fabricante, assegurando a integridade física, funcional e sanitária durante o transporte e, quando necessário, durante o armazenamento.
- 5.21. Os equipamentos não serão recebidos caso as embalagens apresentem sinais de violação, umidade, inadequação ao conteúdo ou ausência de identificação, especialmente quando tais condições possam comprometer a **segurança do recém-nascido** ou a confiabilidade do equipamento.
- 5.22. O transporte deverá obedecer a critérios adequados para garantir que a **qualidade, rastreabilidade e integridade** dos equipamentos neonatais não sejam comprometidas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas aplicáveis.

#### **Da Identificação e Conformidade Regulatória**

- 5.23. Os equipamentos de neonatologia deverão, quando aplicável, possuir registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, identificado por numeração aposta na embalagem ou no próprio equipamento, excetuados os casos legalmente dispensados ou isentos.
- 5.24. Os equipamentos que assim o exigirem deverão estar **certificados pelo INMETRO** e atender às **normas técnicas da ABNT** pertinentes a equipamentos médico-hospitalares de uso neonatal, sendo a conformidade comprovada por selo ou identificação correspondente.
- 5.25. Todos os equipamentos deverão apresentar **etiqueta fixada**, contendo, obrigatoriamente, a identificação do fabricante, data de fabricação, número de série e campo destinado ao registro da data de entrega, assegurando a **rastreabilidade e o controle técnico** ao longo da vida útil do equipamento.

## Da Garantia

- 5.26. O prazo de garantia total dos equipamentos de uso neonatal será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento pela CONTRATANTE.
- 5.27. A qualidade dos equipamentos deverá atender integralmente aos requisitos das **normas técnicas da ABNT**, bem como às demais normas regulatórias aplicáveis a equipamentos médico-hospitalares destinados à assistência neonatal.
- 5.28. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar a **reposição gratuita** de qualquer equipamento, peça, componente ou acessório que apresente defeito decorrente de **falhas de projeto, matéria-prima, fabricação, montagem ou transporte**, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.29. As peças e componentes deverão ser substituídos sempre que necessário, conforme diagnóstico técnico ou de acordo com as recomendações constantes no manual do fabricante, observando-se as condições de segurança exigidas para o uso em **recém-nascidos**, inclusive prematuros.
- 5.30. Todas as peças e acessórios substituídos deverão ser **registrados em relatório de serviço específico para cada equipamento**, contendo, no mínimo, a identificação do equipamento, a descrição da intervenção realizada, a nomenclatura correta das peças substituídas e as respectivas quantidades.
- 5.31. Os serviços prestados e as peças ou acessórios substituídos durante o período de garantia terão **garantia mínima de 90 (noventa) dias**, contados a partir da emissão do relatório de serviços que ateste a conclusão dos trabalhos, ainda que a Ata de Registro de Preços tenha sido encerrada.
- 5.32. A garantia deverá ser prestada, preferencialmente, **no local de instalação do equipamento**. Quando houver necessidade de envio do equipamento à assistência técnica do fabricante ou empresa autorizada, todos os custos relacionados à retirada, transporte e devolução serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.33. As peças ou acessórios defeituosos substituídos deverão ser apresentados ao fiscal do contrato, que poderá solicitar seu recolhimento pela CONTRATADA para descarte adequado, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.
- 5.34. Considerando a **criticidade assistencial dos equipamentos de neonatologia**, eventuais intervenções técnicas durante o período de garantia deverão ser iniciadas em até **48 (quarenta e oito) horas úteis** após a abertura do chamado pela unidade usuária, realizada por meio de correio eletrônico indicado pela CONTRATADA. O reparo deverá ser concluído em até **07 (sete) dias úteis**, contados do recebimento do



equipamento para manutenção, quando aplicável.

- 5.35. Considerando a **criticidade assistencial dos equipamentos de neonatologia** e a necessidade de assegurar a continuidade e a segurança da assistência ao recém-nascido, **caso a manutenção corretiva não seja concluída no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, contados a partir do recebimento do equipamento pela assistência técnica da CONTRATADA, esta deverá **disponibilizar, de forma temporária**, equipamento **equivalente ou superior**, compatível com as especificações técnicas e assistenciais do equipamento original, **sem qualquer ônus para a CONTRATANTE**, exclusivamente durante o período de garantia.
- 5.36. O equipamento disponibilizado para substituição temporária deverá atender integralmente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, incluindo registro ativo na ANVISA, quando exigido, e permanecerá em uso **até a devolução do equipamento original em perfeitas condições de funcionamento**.
- 5.37. A substituição temporária prevista nesta cláusula **não caracteriza locação**, não implica transferência de propriedade e **não gera obrigação de fornecimento permanente**, destinando-se exclusivamente à **mitigação de risco assistencial** e à garantia da continuidade do atendimento neonatal durante o período de garantia.
- 5.38. A CONTRATADA deverá oferecer **assistência técnica gratuita durante todo o período de garantia**, abrangendo atendimento e solução de falhas ou defeitos, seja por meio de equipe própria, seja por intermédio de representantes autorizados ou credenciados pelo fabricante.
- 5.39. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção fora do local de instalação, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte de ida e volta, bem como por todas as despesas decorrentes da assistência técnica, incluindo fornecimento de peças, transporte, tributos e mão de obra especializada.
- 5.40. Durante o período de garantia, a CONTRATADA realizará a **manutenção corretiva dos equipamentos sem limitação de atendimentos**, assegurando a continuidade e a segurança da

## CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.



- 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada da cópia da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.
- 6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.
- 6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.
- 6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1. Entregar os equipamentos de uso neonatal em perfeitas condições de conservação, funcionamento e segurança, nos prazos e locais indicados nas Ordens de Fornecimento, acompanhados de Nota Fiscal devidamente detalhada;
- 7.2. Fornecer **exclusivamente** os itens discriminados na Ordem de Fornecimento, na Nota de Empenho e demais instrumentos vinculados à Ata de Registro de Preços, observadas integralmente as especificações técnicas;
- 7.3. Comunicar formalmente à Administração, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, qualquer impossibilidade de cumprimento do fornecimento, apresentando justificativa técnica devidamente comprovada;

- 7.4. Arcar com **todos os tributos, fretes, seguros, transporte, mão de obra e demais encargos** necessários à execução do fornecimento, sem ônus adicional para a Administração;
- 7.5. Realizar o **treinamento técnico-operacional inicial** das equipes das unidades receptoras, quando aplicável, abrangendo operação segura, cuidados básicos, limpeza e orientações essenciais para o uso adequado dos equipamentos de neonatologia;
- 7.6. Garantir **assistência técnica e reposição de peças e componentes** durante o período de garantia, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como assegurar o atendimento às obrigações legais aplicáveis após o término da garantia, quando couber;
- 7.7. Responder **civil, administrativa e penalmente** por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a pacientes, decorrentes de falhas no fornecimento, defeitos dos equipamentos ou execução inadequada de suas obrigações;
- 7.8. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas**, bem como o cumprimento dos padrões de qualidade, segurança e especificações técnicas estabelecidas;
- 7.9. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- 7.10. Cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. Nos termos do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo próprio.

### Hipóteses de não aplicação das penalidades

- 8.2. As penalidades previstas nesta cláusula somente deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas e comprovadas nos autos:

- a) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditiva do cumprimento da obrigação;
- b) Manifestação da unidade requisitante atestando que o fato decorre exclusivamente de responsabilidade da Administração.

### **Penalidades aplicáveis**

- 8.3. Por recusa injustificada da adjudicatária em retirar ou receber a nota de empenho, dentro do prazo fixado:
  - a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caso este viesse a ser firmado;
  - b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
  - c) As mesmas penalidades serão aplicáveis à empresa que, devidamente convocada, deixar de apresentar os documentos exigidos para a formalização do ajuste, sem justificativa aceita pela Administração.
- 8.4. Por inexecução ou cumprimento inadequado do objeto contratual:
  - a) Multa de 20% sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
  - b) Multa de 20% sobre o valor da parcela inexecutada, nos casos de inexecução parcial;
  - c) Multa diária de 1% sobre o valor do material não entregue, limitada a 19 (dezenove) dias; ultrapassado esse prazo, será caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso;
  - d) Multa de 5% sobre o valor do material entregue em desconformidade com as especificações do Edital ou do contrato, sem prejuízo da exigência de substituição;
  - e) Multa de 2% sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual não prevista nos itens anteriores;
  - f) Multa de 20% sobre o valor do contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.

### **Natureza das penalidades**

- 8.5. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

#### **Outras sanções administrativas**

- 8.6. Além das multas acima, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

1. Advertência;
2. Multa, conforme os percentuais e condições estabelecidos nesta cláusula;
3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até a reabilitação perante a autoridade competente.

- 8.7. A aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será conduzida por comissão processante, conforme disposto no art. 158, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Recursos**

- 8.8. Das decisões que aplicarem penalidades caberá recurso administrativo nos termos dos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos legais. Somente serão conhecidos os recursos devidamente protocolizados dentro do prazo legal.

#### **Consequências do não pagamento das penalidades**

- 8.9. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da contratada. Sempre que possível, os valores devidos poderão ser descontados dos pagamentos devidos à contratada. O inadimplemento das multas sujeitará a contratada à inscrição do débito no CADIN Municipal e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, além da possibilidade de ajuizamento da competente ação de execução fiscal.

#### **Tolerância excepcional**

- 8.10. Caso a Administração, de forma expressamente motivada, releve a aplicação de penalidades, essa tolerância será considerada ato excepcional e não alterará as demais condições contratuais, que permanecerão plenamente válidas e exigíveis.

### **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA**

- 9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
  - 9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
  - 9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
  - 9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
  - 9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
  - 9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.
- 9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, ....., lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

**DETENTORA:**

Nome:

R.G.:

Cargo:

**Testemunhas:**

1) Nome:

R.G.:

2) Nome:

R.G.:

## **ANEXO – VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO -CADASTRO RESERVA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6017.2026/0011183-4**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90573/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano dois mil e -----, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representado pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, Senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, as empresas abaixo identificadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I do Edital do referido Pregão, nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 13.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NEONATAIS**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90573/2026/SMS.G**, cujos termos são parte integrante deste instrumento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO RESERVA**

**2º Lugar:** Empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua .....

Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;



**3º Lugar:** Empresa ....., CNPJ nº ..... com sede na ..... nº ....., bairro ....., cidade ....., telefone ....., neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG ....., CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua .....

Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA**

3.1 Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas no Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços também deverão ser observados pelos fornecedores registrados no Cadastro Reserva.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.1 O fornecimento por qualquer dos detentores registrados no presente Cadastro Reserva fica condicionado à manifestação expressa de desinteresse pelo detentor antecedente, no prazo concedido pelo Órgão Gerenciador, cuja justificativa deve se ater exclusivamente à caso fortuito ou força maior, resguardada a ordem de classificação.

4.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, ....., lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

### **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

#### **SEGUNDA COLOCADA:**

Nome:

RG:

Cargo:

#### **TERCEIRA COLOCADA:**

Nome:





RG:

Cargo:

**Testemunhas:**

1) Nome:

RG:

2) Nome:

RG: